



7 • Correio Braziliense — Brasília, quinta-feira, 21 de julho de 2022

Bolsas Na quota-feira	Pontuação B3 Ibovespa nos últimos dias	Salário mínimo	Dólar Na quota-feira	Euro Comercial, venda na quota-feira	Capital de giro Na quota-feira	CDB Prefixado 30 dias (ao ano)	Inflação IPCA do IBGE (em %)
0,04% São Paulo	96.551	R\$ 1.212	R\$ 5,460 (+ 0,74%)	R\$ 5,557	6,76%	13,35%	Fevereiro/2022 1,01 Março/2022 1,62 Abril/2022 1,06 Maio/2022 0,47 Junho/2022 0,67
0,15% Nova York	15/7 18/7 19/7 20/7		Últimos 14/julho 5,433 15/julho 5,405 18/julho 5,426 19/julho 5,420				

GOVERNO

Auxílio de R\$ 600 começa em 18 de agosto

Ministério mantém calendário original do programa, mas pode antecipar pagamento para ajudar Bolsonaro nas pesquisas

» MICHELLE PORTELA

Considerada a principal estratégia para impulsionar as intenções de votos no presidente Jair Bolsonaro (PL) nas eleições deste ano, o pagamento do Auxílio Brasil de R\$ 600 (R\$ 200 a mais do que o valor normal do benefício) deve começar em 18 de agosto, segundo portaria publicada ontem pelo Ministério da Cidadania no *Diário Oficial da União*. No entanto, o governo pretende antecipar o pagamento para a primeira quinzena do próximo mês. O objetivo é melhorar a avaliação do presidente entre os beneficiários de programas de assistência de renda herdeiros do Bolsa Família, da era do PT.

De acordo com a Portaria nº 797, que regulamenta o adicional de R\$ 200, o pagamento será feito em agosto, setembro, outubro, novembro e dezembro. Segundo o texto, o beneficiário receberá o auxílio “na data prevista no calendário de pagamentos do referido programa”. Ou seja, o cronograma de pagamentos já existente não foi alterado. No entanto, a assessoria do ministro da Cidadania, Ronaldo Vieira Bento, informou que ele tem a “intenção” de antecipar o cronograma para a primeira quinzena de agosto.

Atualmente, o repasse é realizado nos 10 últimos dias úteis do mês, de acordo com o Número de Identificação Social (NIS) dos beneficiários. Os primeiros a receber o auxílio com valor aumentado serão as pessoas cujo NIS termina com o algarismo 1. Em seguida, vêm os NIS com final 2, 3 e assim por diante. O calendário pode ser conferido no site do ministério: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/auxilio-brasil/#como-receber>

Bondades

Atualmente, 17,5 milhões de famílias são atendidas pelo programa. O Auxílio-Brasil é pago a famílias em situação de extrema pobreza com renda per capita mensal de até R\$ 105, ou em situação de pobreza, com renda per capita de até R\$ 210.

O reajuste do benefício de R\$ 400 para R\$ 600 foi estabelecido pela Proposta de Emenda à Constituição (PEC)

1/2022, o chamado “pacote de bondades”, promulgada na semana passada pelo Congresso Nacional. A PEC elevou as despesas do governo em R\$ 41,25 bilhões neste ano, ao arripio da lei eleitoral e fora da regra do teto de gastos, o que foi mal recebido por analistas ao gerar preocupações sobre o equilíbrio das contas públicas.

“Todos os governos, desde FHC, usaram a máquina pública para oferecer ajuda aos necessitados, em troca de melhorar suas avaliações junto aos mais pobres. Existem recursos para esse auxílio. Melhor serem gastos com quem precisa. Até a oposição votou maciçamente no auxílio emergencial, porque todos ganham com isso, afinal, a oposição também quer se reeleger”, avaliou o cientista político Antonio Flávio Testa.

Para Alexandre Pereira da Rocha, também cientista político, o objetivo da campanha de Bolsonaro, nesse momento, é chegar com fôlego ao segundo turno. “Para tanto, ele está apostando numa cartada, a de que a população mais necessitada não possui lado partidário, mas segue o governo que presta auxílio. A dúvida é se essas medidas serão suficientes, na segunda rodada de votação, para mudar a vantagem do seu principal oponente na disputa, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).”

Vale-gás

Além do Auxílio-Brasil, a portaria regulamentou o novo vale-gás, também aprovado pelo “pacote de bondades”. O governo passará a custear 100% do valor médio nacional do botijão de 13kg. Antes da medida entrar em vigor, o benefício correspondia a 50%. Quase 6 milhões de brasileiros recebem o vale-gás, que terá valor adicional nos meses de agosto, outubro e dezembro.

Um terceiro benefício de transferência de renda ainda depende de regulamentação: o auxílio-combustível para caminhoneiros e taxistas. Nesse caso, as regras serão fixadas pelo Ministério do Trabalho, mas há divergência entre os caminhoneiros sobre a política adotada. Para um grupo, receber “esmola” não resolve o problema dos altos preços dos combustíveis.

Reprodução



Valor adicional de R\$ 200 definido pela “PEC das Bondades” será mantido somente até dezembro

Orçamento pode ter corte de R\$ 5 bi

Mesmo com a arrecadação em alta, o governo, às vésperas das eleições, vai ser obrigado a fazer cortes no Orçamento para cumprir o teto de gastos, a regra que limita o crescimento das despesas à variação da inflação.

Os cálculos iniciais apontam para a necessidade de um corte efetivo de R\$ 5 bilhões. Mas o valor poderá cair para um patamar mais próximo de R\$ 3 bilhões com ajustes por dentro do próprio Orçamento.

O tamanho do corte só deverá ser definido amanhã no envio ao Congresso do novo relatório bimestral de avaliação de despesas e receitas. Nesse relatório, o governo é obrigado a corrigir descumprimento do teto ou da meta de resultado primário. O anúncio só deverá ocorrer na segunda-feira.

Como há excesso de arrecadação, o problema neste ano é o teto de gastos, que segue muito apertado, apesar da flexibilização com as mudanças feitas pelo Congresso para adiar parte do pagamento dos precatórios (dívidas que a União é obrigada a bancar depois de sentenças judiciais). Também não houve reajuste dos salários dos servidores públicos, nem mesmo para as carreiras policiais, apesar da

promessa do presidente Jair Bolsonaro à categoria.

Novas despesas apareceram, porém, desde o relatório bimestral de maio, entre elas, a derrubada pelo Congresso do veto presidencial à Lei Paulo Gustavo, que determina o repasse de R\$ 3,86 bilhões do Fundo Nacional de Cultura (FNC) para fomento de atividades culturais em razão da pandemia de covid-19.

Uma previsão maior de gastos dos benefícios da Previdência poderá entrar na conta. Além disso, o Congresso proibiu o governo de bloquear recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT). No total, R\$ 2,5 bilhões contingenciados do fundo terão de ser desbloqueados.

Emendas

Essas novas despesas podem obrigar o governo a ter que fazer bloqueio de emendas parlamentares. Se elas forem preservadas, o corte adicional vai exigir mais aperto dos ministérios. O Ministério da Defesa, que teve um bloqueio de R\$ 706 milhões no último relatório, cobra recursos para custeio das operações das três forças: Exército, Marinha e Aeronáutica. A Polícia Federal também se queixa da falta de verbas.



Todos os governos, desde FHC, usaram a máquina pública para oferecer ajuda aos necessitados, em troca de melhorar suas avaliações junto aos mais pobres”

Antonio Flávio Testa,
cientista político

sescdf.com.br
f t i sescdf

Sesc. Tem tudo e muito + mais

É esporte, cultura, educação, assistência e saúde para você, para os comerciários e para as famílias de todo o Distrito Federal.

FAÇA SEU CARTÃO EM QUALQUER UNIDADE SESC E APROVEITE AS NOSSAS VANTAGENS.

sesc Fecomércio Senac

Planalto eleva pressão sobre Petrobras

Em novo episódio de atrito entre o governo federal e a Petrobras, o Ministério de Minas e Energia (MME) informou, na noite de ontem, que vai reencontrar à companhia a lista com os mesmos oito nomes inicialmente indicados para o Conselho de Administração da estatal. Na semana passada, dois integrantes dessa lista foram reprovados pelo Comitê de Elegibilidade da companhia (Celeg), orientação acatada pelo atual Conselho.

“O Ministério das Minas e

Energia informa que não constatou os supostos impedimentos apontados pelo Comitê de Elegibilidade da Petrobras, por não encontrarem o necessário respaldo legal. Consequentemente, reencontrará os mesmos nomes, já indicados em 21 de junho de 2022”, diz o comunicado.

No fim da tarde da última segunda-feira, a Petrobras confirmou que seus atuais conselheiros validaram integralmente, em reunião, as análises do Celeg em relação aos nomes indicados pela União e pelos acionistas

minoritários para o futuro CA da companhia, a ser ratificado em Assembleia-Geral Extraordinária convocada para 19 de agosto.

Com isso, o conselho corroborou a rejeição do Celeg a duas indicações do governo: Jonathan Assunção Salvador Nery de Castro, número dois da Casa Civil, e o procurador-geral da Fazenda, Ricardo Soriano de Alencar. A indicação de ambos ao conselho da Petrobras fere a Lei das Estatais e as regras internas da companhia, que veda indicações políticas e possíveis conflitos de interesse.

Os demais nomes indicados pela União para o Conselho da empresa foram aprovados.

Assim, embora tenha indicado oito nomes para ocupar os assentos a que tem direito no órgão, a rejeição de dois nomes faria a União chegar à AGE com seis candidatos para ocupar justamente as seis cadeiras que possui hoje no colegiado. Com isso, ficaria sem margem para disputar mais um assento ou mudanças na aplicação dos votos, a menos que faça mais indicações até a data da AGE.